



Turismo astronômico como alternativa ao turismo em áreas protegidas: o desenvolvimento de uma proposta de roteiro de observação astronômica para os Castelos do Açú, em Petrópolis, Rio de Janeiro – Brasil

Roberta Dalvo Conceição

Fernando Amaro Pessoa

Marcelo Faria Porretti

Resumo: O turismo astronômico é um fenômeno recente no campo do turismo, mas pode ser considerado uma alternativa sustentável para lugares pouco habitados, áreas chamadas de zonas escuras com vocação para observação de corpos celestes entre outros denominadores. Desta forma, o presente artigo tem por finalidade apresentar o turismo astronômico como uma alternativa para o estímulo do turismo em áreas protegidas por meio da criação de um roteiro de observação astronômica para região dos Castelos do Açú, em Petrópolis, nos limites do Parque Nacional da Serra dos Órgãos. Para tanto foi realizada uma pesquisa de cunho bibliográfico e descritivo. Inicialmente, realizou-se uma pesquisa de cunho bibliográfico, na qual se prospectou autores relacionados ao tema do artigo. E posteriormente, uma pesquisa descritiva na qual teve por finalidade descrever as características do fenômeno em questão. Foi utilizada uma pesquisa de campo, na qual foram realizadas visitas para observação do local de estudo e entrevistas individuais com o intuito de levantar dados sobre os Castelos do Açú e a viabilidade de desenvolvimento de uma proposta de roteiro de observação astronômica, com base no conceito de Turismo Astronômico. Mediante a esta pesquisa foi possível apontar, entre outros resultados, que existe um grande potencial inserido no contexto de novas atividades em áreas protegidas, com base no princípio de turismo criativo e de acordo com as perspectivas atuais de proteção das áreas de céu escuro.

Palavras Chave: Turismo, Turismo Astronômico, Áreas Protegidas.

Abstract: Astronomical tourism is a recent phenomenon in the field of tourism, but it can be considered a sustainable alternative to places that are not inhabited, areas called dark areas with a vocation to observe celestial bodies among other denominators. The purpose of this article is to present astronomical tourism as an alternative to stimulate tourism in protected areas by creating an astronomical observation route to the region of the Açú Castles in Petrópolis, within the limits of the National Park of Serra dos Órgãos. For this, a bibliographic and descriptive research was carried out. Initially, a bibliographic research was carried out, in which authors related to the topic of the article were prospected. And later, a descriptive research in which the purpose was to describe the characteristics of the phenomenon in question. A field survey was used in which visits were made to observe the study site and individual interviews with the purpose of collecting data on the Açú Castles and the feasibility of developing a proposal for an astronomical observation roadmap, based on the concept of Astronomical Tourism. Through this research it was possible to point out, among other results, that there is a great potential inserted in the context of new activities in protected areas, based on the principle of creative tourism and in accordance with the current perspectives of protection of dark sky areas.

Key-Words: Tourism, Astronomical Tourism, Protected Areas.

Introdução

O turismo astronômico, astroturismo ou estelar, como é conhecido no mercado, não tem uma definição científica, mas pode ser classificado, segundo o site Turismo Astronômico (2017), como sendo uma atividade turística voltada para simples observação do céu em localizações geográficas adequadas de



forma amadora ou profissional. Porém, outro nome pode ser associado a este nome comercial, o conceito de turismo científico com ênfase na astronomia, que segundo Marques (2014), surgiu na literatura pela primeira vez em 1989, desenvolvido por Laarman, J e Perdie, R. (1989), como sendo “um trabalho de exploradores nos países sem equipamento técnico apropriado.”

Modernamente e com um cunho comercial, este tipo de atividade turística inicia-se em 2008 com o desenvolvimento de roteiros com esta finalidade para o deserto do Atacama, no Chile (Turismo Astronômico, 2017). Ainda segundo o mesmo site, hoje, este tipo de atividade turística tem seus expoentes no Chile, Austrália e Nova Zelândia.

Apesar da pesquisa em bases científicas e não científicas nacionais e internacionais sobre esta atividade turista, são poucos os artigos relacionados ao tema específico turismo astronômico. O tema mais próximo relacionado a este tipo de atividade é o conceito de áreas escuras ou dark sky. O conceito de áreas escuras, de acordo com a International Dark-Sky Association, refere-se a áreas, geralmente em torno de um parque ou observatório, mantida livre da poluição de luz artificial. O propósito de uma reserva céu escuro é geralmente promover a astronomia.

Mas mesmo assim, no Brasil, ainda são escassos os trabalhos encontrados para o fomento deste tipo de atividade turística ou preservação destas áreas. Porém, levando-se em consideração o crescente aumento na procura por atrativos naturais nos parques nacionais brasileiros (ICMBio, 2016), correlatamos uma possibilidade turística crescente e carente de ponderações, como o desenvolvimento de visita noturna para a observação dos astros. Tomaremos como base a cidade de Petrópolis que fica na região serrana do estado do Rio de Janeiro, onde fica localizada a maior parte do Parque Nacional da Serra dos Órgãos.

Famosa por ser a Cidade Imperial, onde se hospedaram Dom Pedro I e Dom Pedro II, além de outros personagens históricos da época do Império, Petrópolis fazia parte do Caminho do Ouro, onde, em meio às riquezas da época



vislumbrou-se a construção do que hoje é o Museu Imperial. Uma cidade planejada do alto, (vista de cima para baixo, no cume dos morros) pelos engenheiros da época, desenvolvia ativa produção agrícola, que ainda ocorre em grande parte do município (Petrópolis, 2010-2019).

No município de Petrópolis é possível encontrar várias montanhas pertencentes a Serra do Mar, dentre elas citamos alguns conjuntos como: a Serra dos Órgãos, a Serra das Araras, a Serra do Taquaril, o Conjunto do Alcobaça, a Serra do Cantagalo, a Serra do Couto, a Serra da Estrela, o Conjunto do Retiro, dentre outros (NETO, 2008). Neste conjunto variado de montanhas encontram-se diversas cachoeiras onde no verão os petropolitanos desde a época do império utilizam para lazer. Citaremos algumas das montanhas mais conhecidas e frequentadas dentre essas serras e conjuntos, sendo que não queremos de forma alguma excluir as outras, mas para situar este trabalho procurou-se inserir as mais conhecidas: Morro Meu Castelo, Pedra do Cortiço, Morro do Bonet, Pedra do Quitandinha, Palmares, Pedra do Retiro, Pedra do Cuca, Pedra do Cone, Morro do Alicate, Alcobaça, Mãe D'água, Maria Comprida, Taquaril.

Além destas temos as travessias Cobiçado – Ventania, Caxambu – Santo Aleixo, Uricanal, além da mais famosa de todas as travessias, a Petrópolis – Teresópolis. Nesta última travessia encontramos os Castelos do Açú, do lado petropolitano, e o cume da Serra dos Órgãos, do lado teresopolitano, a Pedra do Sino. Esta travessia é considerada uma travessia pesada, realizada em três dias, prioritariamente no período de temporada de montanha, para evitar riscos atmosféricos.

Neste contexto, trabalhando a possibilidade de turismo astronômico, os Castelos do Açú apresentam-se como uma possibilidade ímpar, possuindo um abrigo e área de camping que tornam possível o pernoite.

Desta forma, o presente artigo pretende apresentar o turismo astronômico como alternativa para o estímulo do turismo em áreas protegidas por meio da

criação de um roteiro de observação astronômica para região dos Castelos do Açú em Petrópolis, Rio de Janeiro, Brasil.

2 Referencial Teórico

2.1 Turismo em áreas protegidas

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2017), uma área protegida é “um espaço geográfico definido, reconhecido e destinado ao manejo, através de instrumento legal ou outro meio efetivo, com o objetivo de promover a conservação da natureza a longo prazo, com seus ecossistemas associados e valores culturais”. Porém, a territorialização do espaço geográfico a partir da criação de áreas naturais protegidas nos remete aos debates que começaram a ocorrer ainda no século XVIII, em um contexto europeu, especificamente na Inglaterra durante a Revolução Industrial, a qual inaugura um modelo pautado na exploração dos trabalhadores e dos recursos naturais (Dias, 2008).

Tais ideias foram inicialmente implementadas nos Estados Unidos através da criação dos primeiros parques nacionais, os quais foram criados sob uma influência preservacionista com base numa noção de mundo/natureza selvagem (*Wilderness*), em que pode ser destacada, de acordo com Diegues (1996), a contribuição dos escritores românticos e dos naturalistas da época.

Os Estados Unidos viviam naquele momento – final do século XIX – um avanço nos processos de urbanização e industrialização, com base na expansão territorial para o oeste, baseado numa lógica em que conquistar a natureza era produzir civilização. Nessa expansão, associada a uma piora das condições de vida da população urbana, começa a surgir uma “nostalgia” em relação à natureza selvagem/intocada, com a demanda de criação de áreas naturais que deveriam servir como espaço recreativo do homem urbano, tendo como um dos principais critérios de escolha áreas de grande beleza cênica (Castro Jr *et al.*, 2009). Assim, é possível observar que as atividades de visitação – turísticas – estão atreladas ao incentivo e justificativa para criação de áreas protegidas



desde o início desse processo, vide os Parques Nacionais de *Yellowstone*, criado em 1872, e o de *Yosemite*, criado em 1890.

Tais ideias surgem na agenda política brasileira ainda no período imperial, porém, apenas a partir de 1930 o poder público passaria a ter uma atuação mais significativa na proteção do patrimônio ambiental brasileiro, culminando na criação do primeiro parque nacional brasileiro, o de Itatiaia (1937), seguido dos Parques Nacionais do Iguazu e da Serra dos Órgãos, ambos em 1939.

Tendo em vista o crescimento exponencial do turismo nas últimas décadas, particularmente aquele realizado em áreas naturais, contribuir com o melhor planejamento e gestão da visitação em unidades de conservação, destacadamente nos parques nacionais, torna-se importante na busca de um turismo sustentável.

Como consequência de tais debates, a Organização das Nações Unidas proclamou 2017 como o Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento, em que o turismo sustentável valoriza as diferenças culturais, tendo como base três pilares: econômico, social e ambiental. Assim, o turismo, se bem concebido e gerido, proporciona emprego e renda em harmonia com a natureza, a cultura e a economia dos destinos. O consumo responsável dos serviços turísticos também minimiza impactos negativos ambientais e socioculturais e, ao mesmo tempo, promove benefícios econômicos para as comunidades locais e no entorno dos destinos (UNESCO,2017).

2.2 Turismo Astronômico como possibilidade "criativa" em unidades de conservação

Novas práticas e abordagens criativas devem ser cada vez mais incentivadas, como o turismo astronômico, uma vez que, segundo Costa, Santos e Aguiar (2015), “o destino turístico é capaz de estimular comportamentos voltados para a sustentabilidade, desde que consiga utilizar adequadamente as características do ambiente para informar e instruir o turista, sobretudo aquelas relacionadas às dimensões da sustentabilidade”.



Já Segundo Salvador e colaboradores, estas práticas de abordagem criativa de integrar o ambiente com o desenvolvimento do turismo (o que chamou de ecologização) permite que estas áreas de proteção projetem um ambiente diferenciado e atrativo. Porém, segundo Elizalde (2015) e Rosa, Carvalhinho e Soares (2016), faz-se necessário a existência de um comprometimento entre os elementos desta integração com foco na sustentabilidade, a fim de envolver todos os stakerholders do processo (localidade, governo e atividade turística) com base no respeito aos ecossistemas locais e manifestações culturais da população local. Uma vez que, “o potencial que essas áreas possuem de interação com a sociedade é imenso, desde que bem planejada”. (PELLIN, REIS E PELLIN, 2014).

Desta forma, de acordo com Costa e colaboradores (2009) cabe aos gestores destas áreas estabelecer diretrizes de monitoramento de todo tipo de atividade, seja esta de lazer ou de situações que causem impactos ou coloquem em risco de acidentes os visitantes/turistas e o comprometimento dos recursos naturais.

Uma maneira para o desenvolvimento destas diretrizes e práticas poderia ser a adoção de atividades que despendessem um menor impacto possível a localidade, tendo em vista que o impacto do turismo sobre o meio ambiente é inevitável. Assim, o que se pretende é mantê-lo dentro de limites aceitáveis, para que não provoque modificações ambientais irreversíveis e não prejudique o prazer do visitante ao usufruir o lugar.

Sendo assim, o turismo astronômico, por exemplo, que no âmbito do International Dark-Sky Association possui como objetivo a proteção dos céus noturnos para as gerações presentes e futuras, possui expressivo potencial. Sua justificativa principal tem como base a ideia de que a poluição luminosa é um poluente ambiental que prejudica nosso planeta e impede a oportunidade de experimentação de um céu noturno natural. Logo, a proteção de lugares de céu escuro torna-se mais um componente de atuação dos parques nacionais, contribuindo para sua gestão e visitação com base no turismo sustentável, como



pode ser observado nos Castelos do Açú – Parque Nacional da Serra dos Órgãos, uma vez que, segundo Silva (2010), “o desenvolvimento da atividade turística favorece a divulgação dessas iniciativas e, enquanto meio de sustentabilidade, auxilia a continuidade dessas ações”.

3 Metodologia

De acordo com Roesch (2013), encontrar a metodologia adequada significa escolher como se pretende investigar a realidade e não apenas o instrumento de coleta de dados ou a sua análise.

Desta forma, a metodologia utilizada foi de cunho descritivo, uma vez que expõe características de determinada população e suas interações. Na pesquisa, os fatos foram observados, registrados, analisados, classificados e interpretados por meio do uso de técnicas padronizadas para a coleta de dados (questionário e observação sistemática). Sendo assim, foram descritas as características existentes na região dos Castelos do Açú, região serrana de Petrópolis, Rio de Janeiro, Brasil para a proposição de um roteiro de observação astronômica para os castelos do Açú, com base no conceito de Turismo Astronômico.

Quanto aos meios, a pesquisa foi ao mesmo tempo bibliográfica e de campo. Limitou-se o estudo na região dos Castelos do Açú e a entrevista com indivíduos que realizam atividades dentro desta região.

Para a pesquisa bibliográfica foram pesquisados artigos e trabalhos acadêmicos e não acadêmicos relacionados aos temas turismo, turismo astronômico e suas derivações em áreas protegidas.

Sendo assim, a pesquisa apresentou na primeira fase um levantamento exclusivamente bibliográfico, uma vez que o conceito de base (turismo astronômico e seus derivados) é pouco explorado na literatura científica. Por este fato utilizou-se informações disponíveis em sites que oferecem este tipo de serviço.

Após esta fase, os pesquisadores foram a campo para reconhecer o terreno de estudo de forma a verificar a viabilidade de uma proposição de roteiro, verificar possíveis atividades a serem realizadas e os recursos necessários. Durante este período, os pesquisadores encontraram alguns indivíduos que já realizam fotos de astros e do céu de Petrópolis, porém nenhum destes indivíduos havia trabalho com este tipo de atividade turística.

Ao verificar esta necessidade de entendimento da atividade de “fotografar astros e do céu de Petrópolis” por estes indivíduos, os pesquisadores aplicaram uma entrevista não estruturada aos mesmos, no mês de abril de 2017. De posse destes dados, os pesquisadores analisaram o conteúdo da entrevista por meio da técnica de análise de conteúdo. A partir destas informações foi possível desenvolver um roteiro de observação astronômica para os castelos do Açú, com base no conceito de Turismo Astronômico.

O roteiro é composto por sugestões de local, tempo de percurso, disposição da trilha entre outros. De um modo geral é um roteiro elaborado para pessoas que querem se aventurar e ao mesmo tempo vislumbrar-se com a beleza de um céu estrelado.

4 Resultados e Discussões

A partir da análise dos dados captados foi possível verificar que ainda não há em Petrópolis um estímulo a este tipo de atividade turística, uma vez que os Castelos do Açú ainda estão muito associados ao turismo de aventura e ao registro fotográfico da paisagem.

Outro ponto observado durante a pesquisa foi a necessidade de um mapeamento do céu de Petrópolis nesta região, além do estímulo a introdução de uma certificação de proteção a áreas escuras.

A trilha para os Castelos do Açú inicia-se pela portaria da sede Petrópolis do Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO), estabelecida no Vale do Bonfim, com acesso pelo distrito de Corrêas. Do centro de Petrópolis são menos de 14km até Corrêas através da Estrada União e Indústria que margeia o Rio

Quitandinha. Do Terminal Rodoviário do Bingen, são quase 30 km até Corrêas e o acesso é feito pela BR 040, que liga o Rio de Janeiro (RJ) a Juiz de Fora (MG). Ambos os trajetos podem ser percorridos de carro ou de ônibus. Deve-se contornar a praça de Corrêas e seguir pela entrada da Rua Agostinho Goulão. São mais 8 km de subida até chegar na portaria do Parque, sendo que o trecho final é em estrada de terra.

A subida para os Castelos do Açú é um percurso de quase 16km com trechos de dificuldade variados. Margeando o rio Bonfim caminho acima, o primeiro quilômetro do percurso se mantém numa trilha tranquila com baixo desnível. Em várias partes do trecho encontram-se pequenas trilhas para os poços de água cristalina.

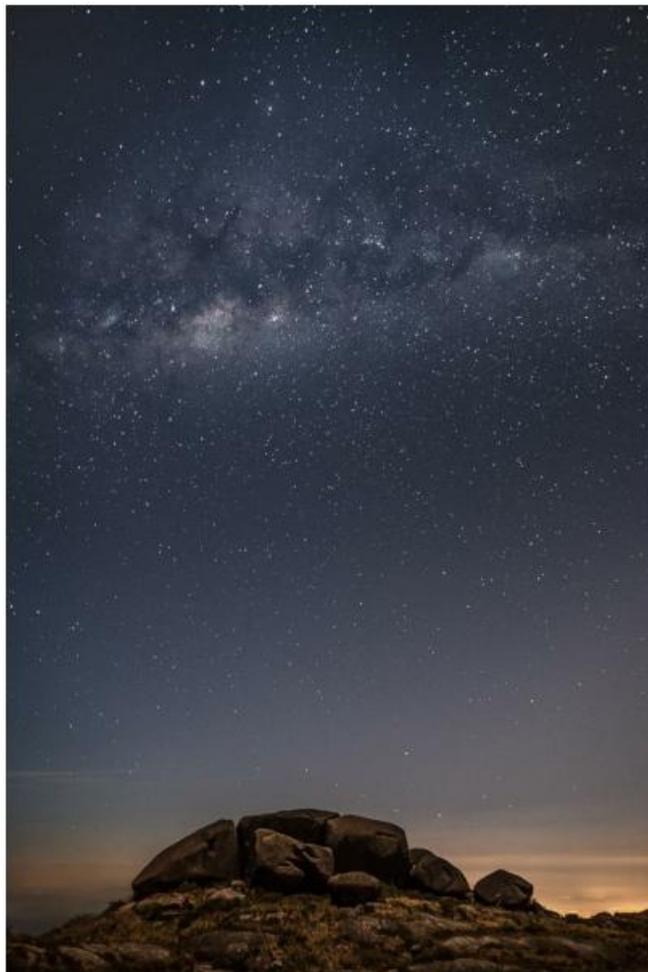
A Pedra do Queijo é um marco da trilha e um excelente mirante de 1.250 metros de altitude para contemplar a cadeia infinita de montanhas.

A trilha começa a ficar mais íngreme 2 km de caminhada acima, no Ajax, onde encontra-se uma mina de água potável. A subida em diante fica cada vez mais íngreme e com terreno irregular, trecho conhecido como Isabeloca, que consiste numa escadaria natural de rochas de vários tamanhos. No fim da Isabeloca, já a 2.000 metros de altitude o trecho do Chapadão é alcançado, o qual trata-se de um lajeado de pedra com mais de 1 km com quase nenhuma vegetação arbórea, onde a paisagem começa a mudar por conta dos ecossistemas de campos de altitude. O desnível é bem suave desse ponto até os Castelos do Açú.

Neste contexto, trabalhando a possibilidade de turismo astronômico, os Castelos do Açú apresentam-se como uma possibilidade ímpar do lado petropolitano da Serra dos Órgãos, possuindo um abrigo e área de camping que tornam possível o pernoite no cume do Morro do Açú. Embora seja uma caminhada pesada, variando em média de 7 horas, a vista é recompensadora. É possível realizar esta trilha em meio a mata com menos tempo, no entanto recomendamos alguns pontos de parada para apreciação da vista e reabastecimento de água, são eles: Gruta do Presidente, Pedra do Queijo, Ajax,



Chapadão, até chegar aos “Castelos”, este nome se dá pela formação rochosa que se encontra no cume do morro, como mostra a foto 1.



Fonte: Foto tirada por Waldyr Neto em 10/09/2016

Nesta foto podemos observar a formação rochosa que deu origem ao nome, além dos astros que deixam os admiradores, turistas, geógrafos, astrônomos mais próximos das constelações, pois, encontra-se a 2.218 metros de altitude (NETO,2008). Neste local temos pouca ou quase nenhuma iluminação, pois a vista da cidade do Rio de Janeiro fica a quilômetros de distância o que favorece o turismo astronômico.

Na foto 2 podemos observar como é viável esta atividade no cume dos Castelos do Açú, a turista com uma lanterna ilumina as estrelas, aparece ainda



a proximidade da turista com as nuvens, dando uma sensação de estar mais perto dos astros.



Fonte: Foto tirada por Waldyr Neto em 10/09/2016

Eleito o melhor país do planeta para o desenvolvimento de turismo de aventura, o Brasil apresenta recursos diversos para o desenvolvimento desta atividade, sendo que para este trabalho apresentamos o segmento montanhismo que vem crescendo significativamente em nosso país. Podemos observar isto, no relato do montanhista e fotógrafo Waldyr Neto:

“Comecei no montanhismo em 1984, como integrante do Centro Excursionista Petropolitano. Na virada do milênio comprei uma câmera SLR (filme) e iniciei meus estudos. A fotografia era uma forma de



documentar minhas excursões e escaladas. Em 2010 migrei para digital e a fotografia assumiu um papel realmente importante na minha vida. Antes eu documentava minhas excursões. A partir de 2010 eu passei a fazer excursões em função de fotografar. Em 2013 comecei a ministrar o Workshop de Fotografia de Montanha, uma mistura de curso de fotografia e aventura guiada nas montanhas. De lá para cá já treinei mais de 200 montanhistas fotógrafos.

O interesse pelas estrelas veio naturalmente. Estrelas são parte da paisagem e podem valorizar muito uma foto. Se no tempo do filme eram bem difíceis de registrar, em digital basta algum conhecimento e o equipamento correto. Hoje muitas pessoas procuram o meu workshop especificamente para aprender a fotografar estrelas. Observar e fotografar estrelas parece nos conectar com algo muito maior”.

A partir do relato é possível observar que o turismo astronômico está muito associado ao turismo de aventura em áreas que apresentam uma paisagem e um corpo geológico peculiar voltado para áreas de ainda conservam estas características.

Desta forma, a partir do que foi apresentado, incluir a cidade de Petrópolis, mas especificamente os castelos do Açú na rota do turismo astronômico via a criação de uma área de estímulo a proteção desta zona escura presente neste local.

5 Conclusão

Tendo em vista a necessidade de uma qualificação cada vez maior da experiência dos turistas, o turismo astronômico apresenta-se como mais uma alternativa para a visitação de áreas naturais, de acordo com a perspectiva de que é necessário conhecer para conservar.

Desta forma, revela seu potencial para o turismo astronômico não só em áreas protegidas, como unidades de conservação, mas também em áreas que revelam um céu escuro com pouca ou nenhuma poluição luminosa.

Por fim, cabe ressaltar que, enquanto os parques americanos buscavam proteger as paisagens de um impacto futuro, os parques brasileiros buscam proteger áreas de interesse ambiental de impactos imediatos, de conflitos já



existentes. Assim, alternativas que justifiquem a proteção dessas áreas, de forma consciente e sustentável, torna-se cada vez mais necessária.

Referencias Bibliográficas

CASTRO JR.; COUTINHO, B. H.; FREITAS, L. E. Gestão da biodiversidade e áreas protegidas. In GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. (Orgs.) *Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

COSTA, C. S. R.; SANTOS, J. G.; AGUIAR, E. C. Sustentabilidade e o comportamento do turista: uma Discussão à luz da Psicologia Ambiental. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, Santa Maria, v. 8, Edição Especial, p. 35-49, AGO. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reaufsm/article/view/16393>. Acesso: 05 abr 2017.

COSTA, N. M. C.; COSTA, V. C.; CONCEIÇÃO, R. S. RIBEIRO, J.V.M. Fragilidade ecoturística em áreas de atrativos no parque estadual da Pedra Branca (RJ). **Revista Geo UERJ** - Ano 11, v.2, n.19, p. 138-160, 2009. Disponível em: www.geouerj.uerj.br/ojs. Acesso: 10 abr 2017.

DIAS, Reinaldo. Turismo sustentável e meio ambiente. São Paulo: Atlas, 2008.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996.

ELIZALDE, R. GOMES, C. L.; BAHIA, M. C.; LACERDA, L. L. L. CONTRIBUCIÓN DEL OCIO PARA LA SUSTENTABILIDAD Y LOS DESAFÍOS AMBIENTALES DEL PRESENTE. **Revista Estudios y perspectivas en turismo**, v.24, n. 3 pg:493, 2015. Disponível em:



http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-17322015000300003. Acesso: 10 mar 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO **EMBRATUR**. Disponível em: http://www.embratur.gov.br/piembratur-new/opencms/salaImprensa/noticias/arquivos/Brasil_e_o_melhor_pais_do_mundo_para_o_turismo_de_aventura_aponta_o_ranking_Global_Best_Countries.html. Acesso: 18 de abr. de 2017.

INSTITUTO CHICO MENDES **ICMBio**. Parques nacionais batem novo recorde de visitação. Disponível em: <http://g1.globo.com/natureza/noticia/2016/02/parques-nacionais-batem-novo-recorde-de-visitacao-em-2015.html>. Acesso: 25 out 2016.

INTERNATIONAL DARK-SKY ASSOCIATION **IDA**. Disponível em: <http://darksky.org/idsp/>. Acesso: 19 abr 2017.

MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE **MAM**. Disponível em: http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/4FFE84F7/EfetividadeUC_Sergio.pdf. Acesso: 16 abr 2017.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL **ONUBR**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/>. Acesso: 19 abr 2017.

NETO, Waldyr Garcia de Oliveira. *Guia de Trilhas de Petrópolis*. 1ª ed. Petrópolis, 2008.

PELLIN, A.; CARVALHO, G.; REIS, J.C.; PELLIN, A. Gestão do Uso Público em Unidades de Conservação Urbanas: o Caso do Parque Estadual da Pedra Branca (RJ). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.7, n.2, maio/jul



2014, pp.344-373. Disponível em:
<http://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/view/769>.
Acesso: 10 abr 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS. **Proposta de Revisão do Plano Imperial - Plano Diretor para turismo da cidade de Petrópolis**. Petrópolis, 2010 - 2019.

Disponível em:
<http://www.petropolis.rj.gov.br/fct/phocadownload/documentos/Plano%20Diretor%20de%20Turismo%202010%-202019.pdf>. Acesso: 10 fev 2017.

ROSA, P. F.; CARVALHINHO, L. A. D.; SOARES, J.A. P. Stakeholders participation in tourism and recreation planning and management in protected areas: Fundamentals on the participatory process. **Revista Tourism e Management Studies**, v.12, n.2, pp.96-106, 2016. Disponível em:
http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2182-84582016000200011&lng=en&nrm=iso&tlng=en. Acesso: 20 abr 2017.

SALVADOR, R.; LUCIO, J.; FERREIRA, J.; CAMILO, V.; MONTEIRO, I. SUSTAINABLE TOURISM CLUSTERS: THE CASE OF ALENTEJO NATURAL PARKS. **1º. Congresso de desenvolvimento regional de Cabo Verde**, 2009. Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/4393/1/296A.pdf>. Acesso: 25 mar 2017.

SILVA, E. L. a astronomia enquanto produto turístico no destino Iguassu: o caso do polo astronômico Casimiro Montenegro Filho. Disponível em:
<http://www.sociedadeastronomica.com.br/enast/trabalhos.php>. Acesso: 01 abr 2017.